

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.234 - RJ (2019/0294663-5)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ROBERTA DE OLIVEIRA BARCIA - RJ153258
RECORRIDO : ELCIO RUBEM IGREJAS FRAGOSO
ADVOGADOS : JORGE RICARDO DA COSTA RIBEIRO MUNIZ - RJ070472
CLARINDO COSTA MOURÃO - RJ044457

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro** com fundamento no art. 105, III, a e c, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 126):

AGRAVO INOMINADO. PARCIAL PROVIMENTO AO APELO DO ORA AGRAVANTE. REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA. PECÚLIO POST MORTEM. VIGÊNCIA DA LEI Nº 285/79 À ÉPOCA DO ÓBITO DO SERVIDOR. LEI Nº 9.717/98 QUE NÃO SE APLICA À HIPÓTESE. NATUREZA CONTRIBUTIVA DO BENEFÍCIO.

Cuida-se de ação pelo rito ordinário a pretexto da qual objetiva o autor, na qualidade de beneficiário de servidora falecida, o pagamento do chamado pecúlio post mortem, diante da negativa na via administrativa. Sentença de procedência. Apelação interposta pelo réu que merece parcial provimento, com a redução dos percentuais dos juros de mora e dos honorários advocatícios. Agravo inominado interposto pelo réu/apelante que não merece prosperar.

Servidor falecido contribuiu durante sua atividade para gozo do benefício ora requerido, implicando assim, a sua concessão, conforme previsto no art. 26, III e art. 45 da Lei nº 285/79, vigente na data do óbito do ex-servidor. Correção monetária que devem incidir a partir da data que deveria ter sido pago o benefício. Precedentes desta E. Corte sobre o tema. Manutenção do decisum monocrático.

DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 137/140).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 535, II, do CPC/73 e 5º e 7º da Lei nº 9.717/98. Sustenta, além de negativa de prestação jurisdicional e dissídio

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencial, que, "*desde a regulamentação pela Lei Federal nº 9.717, de 1998, o pagamento do pecúlio post mortem pelo ente previdenciário estadual não se afigura mais possível*" (fl. 147).

Alega que "*o art. 5º da Lei 9.717/98 (regras gerais da previdência do servidor público) impede, expressamente, o pagamento pelos sistemas previdenciários de cada entidade da Federação de benefício distinto daqueles pagos pelo INSS*" (fls. 147).

Reforça que "*as disposições da Lei Estadual nº 285/79 que previam o pagamento de pecúlio post mortem pela entidade previdenciária do Estado do Rio de Janeiro tiveram sua eficácia suspensa com a edição da Lei nº 9.717/98, consequência que decorre de expressa disposição Constitucional*" (fl. 148).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535, II do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, o Tribunal de origem entendeu devido o pagamento do pecúlio *post mortem*, sob a seguinte fundamentação (fls. 128/130):

*Não merece prosperar o presente agravo inominado.
Não obstante os argumentos recursais articulados, a análise dos autos conduz a mesma conclusão do decisum ora agravado.*

Superior Tribunal de Justiça

A Lei Estadual nº 285/79 em seu art. 26, III, vigente à época do óbito da ex-servidora (04/03/2004), previa, entre outros benefícios, o pecúlio post mortem, a ser pago aos beneficiários designados pelo servidor falecido, ou, à falta de indicação, pela ordem de preferência prevista no art. 45, § 1º da referida lei.

(...)

Na hipótese, mostra-se oportuno destacar sobre o tema o verbete de súmula n.º 340 do Superior Tribunal de Justiça:

(...)

Não obstante a alegação recursal de que, com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 20/98, a qual introduziu o §12 ao art. 40 da CRFB/88, o regime de previdência dos servidores públicos deve observar os critérios e requisitos do regime geral de previdência social, tal alegação não se mostra suficiente a elidir o direito do autor/apelado, ora agravado.

Em verdade, apesar das reformas previdenciárias (Emendas constitucionais nº 20/1998, 41/2003, 47/2005), que alteraram a redação do art. 40 da Constituição Federal, terem consolidado o modelo previdenciário de caráter contributivo e solidário, não houve a revogação expressa do direito ao pecúlio post mortem àqueles que fazem jus a tal benefício.

E mais, diverso do que defende o agravante, o disposto no art. 5º da Lei 9.717/98 - o qual prevê a vedação de concessão de benefícios distintos dos previstos no rol do art. 18 da Lei 8.213/91 - não afasta o direito ao pecúlio post mortem pretendido pelo autor/apelado, ora agravado.

(...)

Ora, em virtude da própria natureza contributiva do sistema previdenciário, a referida vedação do art. 5º da Lei 9.717/98 não se aplica a presente pretensão, eis que a servidora falecida contribuiu durante toda a sua atividade para que seus beneficiários pudessem usufruir do pecúlio deixado, o que impõe a concessão e pagamento do benefício, conforme previa o art. 26, III e 45 da Lei 285/79, o qual vigorou até o advento da Lei nº 5.109/07.

No que diz respeito ao termo inicial da correção monetária; este deve efetivamente ser fixado na data em que o crédito deveria ter ocorrido, uma vez que tal verba não se constitui em um plus ou em uma penalidade, mas tão-somente na reposição do valor real da moeda, corroído pela inflação.

Ressalte-se que é justamente pelo fato de que a correção monetária se presta tão somente a repor o valor real -da moeda corroído pelos efeitos nefastos da inflação com o decurso de determinado lapso temporal que o termo a quo da sua incidência deve ser a data de quando deveriam ter sido creditados os valores que ora se perseguem; caso contrário, o valor real da moeda não seria alcançado.

Destarte, tendo em vista que o presente recurso não trouxe

Superior Tribunal de Justiça

motivação capaz de elidir o entendimento acima explanado, o decisum impugnado deve ser mantido.

Diante do contexto, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivo de legislação local, qual seja, da Lei Estadual nº 285/79, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário*".).

Ademais, cumpre asseverar que "*a desconformidade da legislação local com o disposto na Lei n. 9.717/98 e na Lei n. 8.213/91 converge à existência de conflito entre lei local e lei federal, questão que só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata-se, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo (art. 102, III, alínea "d", da CF)*" (AgRg no REsp 1.366.339/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 04/06/2013, DJe 10/06/2013).

Em reforço:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PECÚLIO POST MORTEM. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I E II, DO CPC. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. BASE DE CÁLCULO. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

1. Não se conhece da alegada violação do art. 535, I e II, do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, dispensando-se, portanto, qualquer integração à compreensão do quanto decidido.

2. A questão controvertida dos autos foi solucionada pelo Tribunal de origem com fundamento na interpretação da legislação local (Lei Estadual nº 285/79), logo a revisão do aresto, na via eleita, encontra óbice na Súmula 280 do STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 658.825/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 28/09/2015)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEI LOCAL, CONTESTADA EM FACE DA LEI FEDERAL. HIPÓTESE DE CABIMENTO DE

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102, III, D, DA CF/88. GARANTIA DO RECEBIMENTO DO PECÚLIO POST MORTEM, PELO TRIBUNAL

DE ORIGEM, À LUZ DA LEI 285/79. EXAME DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF, POR ANALOGIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. No caso dos autos, o recorrente aduziu negativa de vigência ao art. 5º da Lei 9.717/98, diante da impossibilidade de o Estado pagar pecúlio post mortem aos beneficiários de ex-servidor público, tendo em vista que as disposições da Lei Estadual 285/79, que previam o pagamento de pecúlio post mortem, pela entidade previdenciária do Estado do Rio de Janeiro, tiveram sua eficácia suspensa, com a edição da Lei 9.717/98, que regulamentou as mudanças inauguradas pela EC 20/98.

II. Por sua vez, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com fundamento na Lei Estadual 285/79, que agora é contestada, em face da Lei Federal 9.717/98.

III. No entanto, após a edição da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para julgar as causas decididas, em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local, contestada, em face de lei federal, foi transferida para o STF, nos termos do art. 102, III, d, da CF/88.

IV. Ademais, o Tribunal a quo apreciou o tema à luz da sucessão de Leis estaduais - Lei Estadual 285/79 e Lei Estadual 5.109/07 -, para concluir que seria aplicável a legislação vigente à época do óbito do segurado, de modo a afastar a competência desta Corte para o deslinde do desiderato contido no Recurso Especial, pelo que incide, na espécie, a Súmula 280 do STF.

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1456225/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015)

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c, do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

